

OS ARTIGOS DEFINIDOS E INDEFINIDOS PRODUZIDOS PELA CRIANÇA DOS TRÊS AOS SEIS ANOS — Algumas reflexões

A partir da constatação de que a aquisição da marca definida versus indefinida apresenta diferentes características em diferentes línguas, por um lado, e tem subjacente o desenvolvimento de processos cognitivos, por outro, as autoras encetaram um trabalho de revisão bibliográfica que, mais do que exaustivo, se pretende significativo.

Apesar de os estudos revistos apresentarem resultados dificilmente comparáveis por diversas razões (situação experimental, tipo de dados, tipo de metodologia e diferentes modelos explicativos), são descritos alguns dados relativos às línguas francesa, portuguesa, espanhola e inglesa.

A partir de uma reflexão sobre estes dados, bem como a partir de constatações de carácter empírico, são apresentados finalmente alguns tópicos que, na opinião das autoras, são de particular interesse no prosseguimento da investigação sobre a aquisição da marca definida versus indefinida.

Se perguntarmos a uma mãe portuguesa qual a sua impressão acerca do primeiro artigo a ter sido utilizado pelo seu filho, ela não hesitará em afirmar que foi o artigo definido singular. Por outro lado, se colocarmos a mesma questão a uma mãe de origem francófona, a sua intuição fá-la-á responder, tão espontaneamente quanto a primeira, que se trata do artigo indefinido também singular. Foi a partir desta constatação que, como profissionais ligadas ao desenvolvimento da criança, decidimos revêr a literatura existente sobre este assunto não só nestas duas línguas, mas também noutras, razoavelmente divulgadas entre nós, como o espanhol e o inglês.

Esta tarefa foi consideravelmente dificultada pela inexistência de uma correspondência unívoca entre os dados resultantes dos vários estudos realizados nas diversas línguas, sendo de destacar quatro tipos de factores:

1) *Situação experimental*: os vários estudos que focalizam a sua atenção sobre o sistema morfológico em geral incluem um leque muito vasto de situações de recolha

Sylviane Angèle Rigo
Neves

Escola Sup. Ed. do Porto

Orlanda Maria Silva
Cruz

Fac. Psicologia e C. de Ed.
Un. do Porto

de dados, como seja a linguagem espontânea, o completar de histórias, a inflexão com palavras inventadas, a imitação de frases, a situação experimental propriamente dita com controle de variáveis e, finalmente, a situação de narração de uma história. Como é óbvio, a comparabilidade dos dados obtidos em discurso espontâneo com os obtidos em situação estruturada ou semi-estruturada, sendo parcelar, permite no entanto uma reflexão proveitosa.

2) *Tipo de dados*: enquanto que alguns estudos se centram nas idades de aparecimento dos artigos, outros focam a comparação entre a idade cronológica e o desenvolvimento do M.L.U.¹; uma outra categoria de estudos foca, além do aspecto qualitativo e cronológico acima referido, o aspecto quantitativo na produção dos artigos.

3) *Metodologia adoptada*: alguns estudos baseiam-se numa metodologia longitudinal, com amostras muito reduzidas, enquanto que outros, adoptando uma metodologia transversal, utilizam amostras mais alargadas.

4) *Referências bibliográficas*: não podemos deixar de referir também a variabilidade existente nas datas de publicação dos trabalhos revistos, o que explica em parte a diversidade dos modelos explicativos sugeridos pelos autores (com maior pendor linguístico, psicológico ou psicolinguístico).

Face à grande diversidade acabada de referir, o presente trabalho constitui para as autoras um verdadeiro desafio, do qual se pensa resultar uma síntese dos dados do desenvolvimento psicolinguístico do artigo, bem como um levantamento de hipóteses de investigação futuras. Vamos de seguida proceder à revisão da literatura existente.

Estudos de língua francesa

J. A. RONDAL (1978), na síntese efectuada sobre a aquisição do artigo em francês, refere-se ao desenvolvimento do sintagma nominal do qual faz parte o artigo como palavra funcional e que determina o substantivo. O artigo seria adquirido segundo a seguinte ordem de desenvolvimento: acordo em género, acordo em número e, finalmente, traço definido/indefinido.

Em primeiro lugar, a criança adquiriria o *género*. Na maioria dos casos, a determinação do género do substantivo, e por consequência do artigo, é arbitrária. No caso do artigo com elisão a identificação do género tem de ser feita caso a caso como por exemplo em «l'église» (feminino) e «l'hôpital» (masculino), apesar de

ambos serem prédios públicos. Esta arbitrariedade mantém-se mesmo sem elisão como é o caso de «le soleil» (masculino) e «la lune» (feminino), apesar de ambos serem astros. Em alguns substantivos, no entanto, o género vê a sua especificação motivada como no caso de *la fille/le garçon*. Devido a tal arbitrariedade, a tarefa com a qual a criança vai ser confrontada é enorme — fixar para cada substantivo a especificidade do género gramatical — o que nos leva a considerar a extraordinária sobrecarga da memória implicada nesta tarefa. Porém, enquanto que para a criança normal esta aquisição se processa fácil e regularmente, para o adulto que se confronta com a aquisição de uma segunda língua, tal tarefa torna-se difícil e sempre sujeita a imperfeições.

Podemos aqui adiantar como hipótese explicativa da realização quase perfeita de tal aprendizagem pela criança os seguintes aspectos: (1) toda a aquisição da sua linguagem é contextualizada; (2) a linguagem utilizada pelos adultos seus modelos é funcional e (3) os modelos apresentados são repetidos inúmeras vezes e em contextos variados, permitindo assim a sua fixação simples e eficaz na memória: a cada substantivo o seu artigo acordado em género e posteriormente, segundo os diversos contextos, acordado em número.

De facto, o *número* é o segundo traço do artigo a ser adquirido pela criança. A literatura francófona situa a aquisição do género por volta dos 33 meses de idade, deixando o acordo em número para mais tarde, por volta dos 39 meses (RONDAL, 1978).

Este desfazamento parece-nos facilmente explicável pelos progressos realizados no desenvolvimento cognitivo e linguístico da criança a partir dos três anos. De facto, por volta dos 36 meses a criança, graças à evolução do seu conceito de causalidade, torna-se capaz de exprimir o famoso «Porquê?». A partir daí, ela faz como que um salto qualitativo brusco que culminará aos quatro anos, aliás como para quase todos os aspectos psicolinguísticos. Nesta altura, ela desenvolve ainda o gosto e a capacidade pela numeração e pela quantificação. Não é de admirar então que por volta dos três anos e meio o artigo apareça acordado não só em género mas também em número.

Finalmente, a criança vai ter de aprender a diferenciar o carácter *definido versus indefinido* do substantivo para a correcta utilização do artigo. Esta diferenciação surge em último lugar na ordem de aquisição, efectuando-se progressivamente. Enquanto que para o género, a exposição repetida aos modelos linguísticos adultos leva a criança a deduzir certas «Abreviações Associativas Fonéticas» entre as terminações dos substantivos e os seus géneros (por exemplo, os substantivos acabados em *-tion* ou *-ssion* em francês indicam automaticamente um género feminino), no uso do carácter definido versus indefinido, as regras são múltiplas e complexas.

A regra estipula, e por isso parece tão simples, que se deve usar o *artigo indefinido* se o substantivo designa qualquer representante de uma determinada classe de referentes ou de uma classe de referentes em geral sem outra especificação (por exemplo, «Il a acheté *un* Picasso»). O *artigo definido* será utilizado se o referente for conhecido ou se foi previamente introduzido na conversa, ou seja, se o referente foi precedentemente identificado como sendo uma unidade particular de uma classe de referentes (por exemplo, «Il a acheté *la* maison à l'entrée de la ville»).

Para além desta regra básica, MARATSOS (1971) vai ainda especificar que é o conhecimento atribuído ao interlocutor do carácter determinado ou não do referente que decide da selecção do artigo definido ou indefinido. Este autor refere também a dificuldade de integração mnemónica das especificações que intervieram na(s) conversa(s) anterior(es).

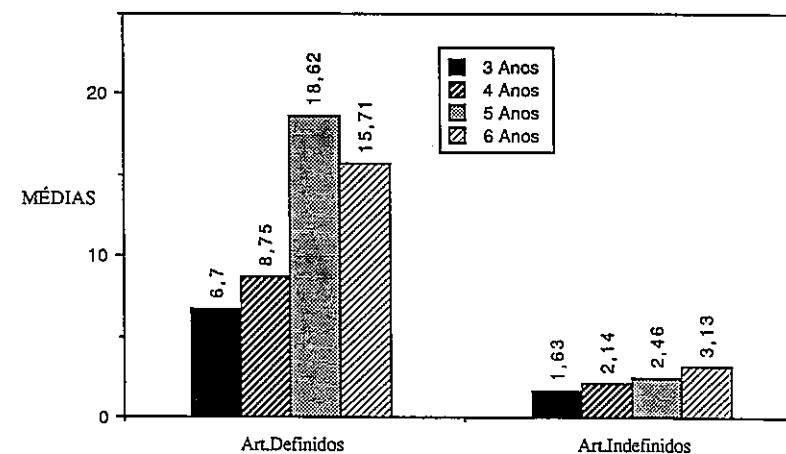
Estes últimos argumentos evidenciam a necessidade por parte da criança de efectuar uma descentração cognitiva, que tem o seu paralelo ao nível linguístico no desenvolvimento progressivo da capacidade metalinguística. Para os autores de língua francesa, esta capacidade torna-se funcional e evidencia-se por volta dos seis anos de idade por exemplo na aquisição da linguagem escrita, na compreensão e na utilização progressivas da voz passiva, das metáforas, do discurso indirecto e do humor linguístico. A aquisição lenta do carácter definido versus indefinido do artigo, bem como a predominância até aos seis anos de idade da utilização do artigo indefinido sobre o definido, poderiam ser justificadas pelo desenvolvimento da capacidade metalinguística. Estes mesmos autores não só reconhecem a frequência, nitidamente superior, da utilização do artigo indefinido sobre o definido, como também situam com uma anterioridade de nove meses o início da utilização do carácter indefinido sobre o definido, respectivamente aos 30 e aos 39 meses de idade (RONDAL, 1978).

A aquisição dos artigos nas crianças portuguesas — primeiros resultados

A nossa intuição acerca da predominância do artigo definido no discurso espontâneo tanto no modelo adulto como nas produções infantis, assim como o seu início mais precoce em relação ao artigo indefinido, foi confirmada pelos dados obtidos numa investigação de âmbito mais lato sobre o desenvolvimento semântico, sintático e morfológico (NEVES & CRUZ, 1989). A uma amostra de 105 rapazes e raparigas com idade compreendida entre os dois anos e meio e os seis anos e meio, foi proposta uma situação de narração de uma história a partir das ilustrações de livros infantis.

As autoras verificaram que, a nível do desenvolvimento morfológico e relativamente às palavras funcionais, se constata uma evolução de grupo etário para grupo etário, na utilização dos artigos, sendo de realçar a predominância estatisticamente significativa dos definidos como constante tanto inter-grupos etários como inter-categorias de palavras funcionais (cf. figura 1).

Fig. 1 - Marca definida/indefinida. Médias por nível etário.



Os artigos indefinidos constituem a categoria que apresenta uma evolução menor, só aparecendo como significativa a diferença entre os grupos de três e seis anos. As autoras referem ainda uma grande variabilidade inter-individual na utilização das palavras funcionais, o que resulta numa grande heterogeneidade intra-grupo etário a nível morfológico. É provável que na população adulta estas tendências se mantenham. A inexistência de normas de utilização no adulto não nos permite concluir se os resultados obtidos nas crianças são específicos da faixa etária considerada ou da especificidade da situação experimental.

No referido estudo as autoras verificaram ainda que, apesar de haver uma utilização adequada das oposições relacionadas com o género e com o número em todos os grupos etários, o singular aparece significativamente mais representado que o plural (cf. figuras 2 e 3). A explicação para este facto não é porém linear. Se por um lado, poderíamos concluir que as crianças têm ainda pouca aptidão para a utilização do plural, por outro lado, o facto de isto acontecer em todas as idades leva-nos a pensar que as histórias escolhidas não fazem apelo a esta utilização.

Fig. 2 - Género. Médias por nível etário.

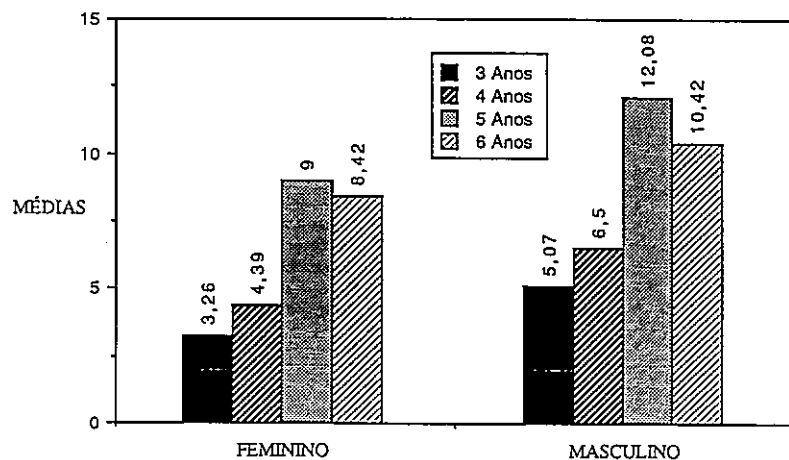
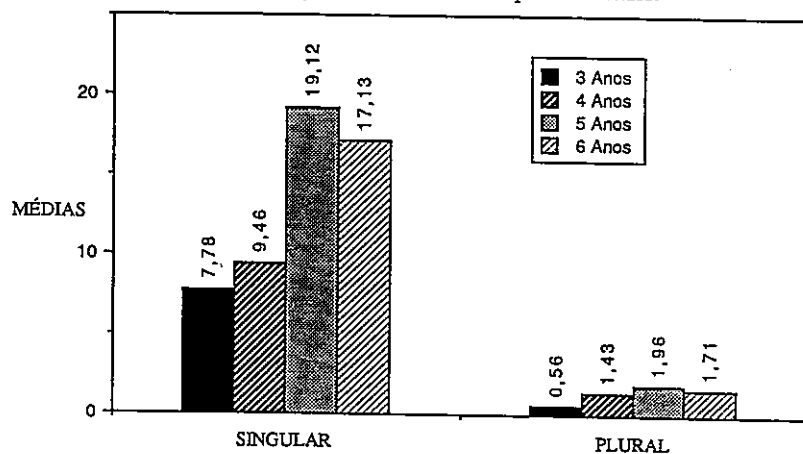


Fig. 3 - Número. Médias por nível etário.



Tal como acontecia com a marca definida/indefinida, não existindo qualquer padrão de referência para a análise comparativa dos resultados obtidos, torna-se impossível saber até que ponto a supremacia do masculino em relação ao feminino e do singular em relação ao plural (1) é uma característica do desenvolvimento psicolinguístico, (2) é provocada pela situação experimental utilizada (narração de uma história) ou, ainda, (3) é um reflexo da distribuição das percentagens de utilização dos géneros e número dos substantivos na língua portuguesa.

Alguns dados da literatura de língua espanhola

Os dados que a seguir apresentaremos têm a sua origem no trabalho de SOLER (1984) sobre a aquisição e utilização do artigo em crianças de três, quatro e cinco anos. Segundo esta autora a oposição definido/indefinido adquire-se mais tarde do que as oposições relacionadas com o género e com o número, o que vai no mesmo sentido dos estudos acima referidos.

Aos três anos a criança associa quase sempre o artigo ao substantivo quando este se refere a um elemento já conhecido ou apresentado anteriormente e desde que pertença à categoria das unidades discretas. No singular é muito raro aparecer um substantivo não acompanhado do respectivo artigo. Ainda aos três anos a criança revela já um respeito total pelo género do artigo e quase total pelo seu número. Relativamente à oposição definido versus indefinido é de sublinhar um nítido predomínio do primeiro sobre o segundo quando se trata de determinar um substantivo singular, sendo este predomínio ainda mais flagrante com o substantivo no plural. Estes dados permitem-nos constatar uma semelhança nos padrões desenvolvimentais de aquisição do artigo nas crianças de língua espanhola e nas crianças de língua portuguesa para esta faixa etária.

Aos quatro anos verifica-se um aumento da utilização do artigo indefinido; aos cinco anos 50% das crianças apresenta um nível de utilização do definido versus indefinido em igual proporção. Lembra-se que o uso equilibrado da marca definida/indefinida é constatada, segundo os dados de língua francesa, por volta dos seis anos.

Para explicar o facto de o artigo definido ser utilizado preferencialmente em relação ao indefinido, mesmo quando já adquirida a forma morfológica deste último, SOLER (1984) recorre ao desenvolvimento operatório, afirmando que as crianças ainda não integraram as regras lógicas da tarefa (situação idêntica às situações de classificação propostas por Piaget com vários grupos de animais de plástico), o que resulta numa utilização excessiva da marca definida.

Esta autora conclui que dentro do sistema dos determinantes (onde se incluem os artigos), o aspecto mais directamente ligado ao desenvolvimento operatório (entenda-se, ao desenvolvimento do sistema de classificação operatória) é a oposição definido/indefinido.

Apesar de os dados de que dispomos relativamente aos estudos de língua espanhola serem escassos, parece-nos interessante a sua consideração no contexto das línguas de origem latina.

Revisão da literatura inglesa: uma reflexão filosófica

Os dados de que dispusemos relativamente à língua inglesa não permitem uma estrita correspondência nem do ponto de vista cronológico, nem do ponto de vista

quantitativo, com os dados dos estudos até agora revistos. Enquanto que a literatura em francês e em espanhol revela um desenvolvimento cronológico e qualitativo do artigo, os dados em português tentam uma comparação idêntica juntando-lhe dados quantitativos. A literatura relativa a estas três línguas foca os três aspectos diferenciados do artigo: género, número e marca definida/indefinida. Em inglês tal facto não acontece visto que os acordos em género e em número não marcam diferencialmente a morfologia do artigo. Assim, *the* e *dan* são as únicas formas que o artigo toma para exprimir os géneros e o número, diferenciando-se unicamente na expressão da marca definida/indefinida. A literatura inglesa revista aqui tem como objectivo estudar a utilização adequada pela criança desta marca. Nesta linha, os estudos propõem várias reflexões como tentativas explicativas de tal utilização e sugerem pistas para futuras investigações quando as conclusões não se revelam suficientemente conclusivas.

Vamos de seguida tentar um apanhado das ideias-chave relativas ao desenvolvimento dos artigos, os quais constituem um elemento pertencente igualmente à classe dos determinantes em inglês. A separação entre classes gramaticais e classes semânticas no que diz respeito aos determinantes foi considerada pelos vários autores anglo-saxónicos como sendo artificial. De facto, os determinantes podem aparecer antes do substantivo ou antes de um ou vários adjectivos, mas nunca antes ou depois de um outro determinante. Muitos deles podem ser usados como determinantes e pronomes, somente os artigos *alan* e *the* não podem ter este duplo emprego, facto que constitui o seu traço diferenciador. Porém, tanto os determinantes como os pronomes têm o seu uso dependente dos seguintes quatro factores, (eles próprios dependentes tanto da especificidade da referência, como do seu contexto de utilização): (1) o falante-locutor; (2) o conjunto dos conhecimentos do falante-locutor; (3) o conjunto de conhecimentos do ouvinte-receptor e (4) o contexto físico e conversacional das referências verbais. Por exemplo, a distância relevante vai ser sempre determinada em função do locutor e nunca do receptor como é o caso da utilização diferenciada entre os determinantes *estelaquele*.

Os cinco estádios postulados por Brown na sua tentativa explicativa da aquisição da linguagem, evidenciam uma ordem de desenvolvimento próxima da invariância, havendo diferenças consideráveis no ritmo individual de aquisição. Segundo este autor, a aquisição de qualquer uma das sete categorias de palavras funcionais passa por três fases de desenvolvimento distintas: da ausência total da categoria no discurso da criança, passando por uma presença ocasional durante as rotinas diárias, até à sua mestria total. Considerando um MLU de 2.0 como limite superior do estádio I e um MLU de 2.5 como característico do estádio II, Brown refere o aparecimento esporádico do artigo nestes dois estádios.

Os autores anglo-saxónicos referem o uso precoce dos determinantes *this* e *that* nos enunciados a duas palavras, ou seja, nas primeiras expressões combinatórias (BROWN, 1973). Quando o comprimento do enunciado atinge um MLU de aproximadamente 2.5, 80% dos sintagmas nominais possuem expressões pronominais.

Com um MLU de 3.0 aparecem os primeiros determinantes quantificativos (ex. *more*) e possessivos (ex. *my*). Estes mesmos autores, aliás como os alemães, referem que os artigos só vão aparecer mais tarde, durante o terceiro ano de vida. A aquisição dos artigos efectua-se sem erros graves, contrariamente ao que se podia prevêr dada a complexidade de tal tarefa. De facto, mesmo na língua alemã a qual possui três géneros, logo nas primeiras produções do artigo este aparece correctamente acordado em género. Aparentemente, a criança memoriza os usos individuais no par «artigo-substantivo», até ser capaz de abstrair os padrões de co-ocorrência, o que nos faz supor um eficaz trabalho de memória a longo prazo.

A dificuldade na mestria da utilização do traço definido/indefinido, com a qual a criança se confronta até aos sete anos de idade aproximadamente (fim do desenvolvimento linguístico precoce), tem a ver com a subtilidade das formas de dependência contextual e da tomada em consideração do conjunto de conhecimentos tanto do locutor como do receptor.

Quando a referência contextual é restrita e específica, tanto para o receptor como para o locutor, é de uso obrigatório o traço definido. Da mesma forma, quando se trata de uma referência não específica passa a ser obrigatório o uso do traço indefinido². Assim, se o ponto de vista da criança coincidir com o ponto de vista do seu interlocutor, esta manifestará uma aplicação correcta da dimensão definida versus indefinida (BROWN, 1973). Na mesma linha, MARATSOS (1971) confirma que crianças de 3 e 4 anos escolhem correctamente a referência definida ou indefinida, aplicada a referentes invisíveis ou de ficção em tarefas de completação de histórias e de brinquedos escondidos.

WARDEN (1976) tira as seguintes conclusões dos seus estudos: (1) as crianças de idade pré-escolar utilizam esporadicamente a marca indefinida para introduzir referentes e quase sempre a marca definida para determinar referentes já mencionados, o que parece confirmar a adequação da utilização diferenciada da marca definida/indefinida; (2) utilização abusiva da marca definida até aos sete anos, a qual se torna adequada apenas no grupo dos nove anos.

O problema surge quando o referente é específico para o locutor e não para o receptor. Por exemplo: «Estava a voltar para casa quando o cão me ladrrou». Para decodificar este artigo definido, o receptor tem de conhecer de que cão particular se trata a partir de um contexto anterior. Neste caso, quando o referente específico não é contextualmente evidente ou não está implícito, tem de ser usada uma expressão indefinida. Para que a criança seja capaz de distinguir a expressão definida da indefinida, ela será confrontada com a demorada e difícil tarefa de aprender a compreender e referir os seguintes aspectos:

- 1) Os papéis conversacionais ligados ao locutor e ao receptor.
- 2) A compreensão e a produção das relações proximais e distais em função do locutor.
- 3) A especificidade da referência tanto para o locutor como para o seu receptor.

E de referir ainda três aspectos que contribuem para o aumento da dificuldade em discriminar entre as marcas definida/indefinida. O primeiro aspecto é constituído pelo facto de algumas referências que, segundo a regra, deveriam ser precedidas de uma marca indefinida, porque não previamente introduzidas no discurso, serem, no entanto, claramente identificadas quando precedidas da marca definida por serem do conhecimento geral. Por exemplo, o céu, o mar, a chuva, a lua, etc.

O segundo aspecto diz respeito ao facto de o contexto situacional intervir de forma a tornar claras e adequadas as marcas definidas quando aplicadas a referentes introduzidos pela primeira vez neste discurso. Por exemplo, durante uma reunião de política nacional o *Presidente* será entendido como o *Presidente da República*; numa reunião de associados de um clube desportivo esta mesma marca definirá o *Presidente* do clube; etc. A situação, só por si define de maneira implícita o referente, tornando desnecessária a utilização da marca indefinida.

Finalmente, certos referentes, por que originários de uma experiência anterior comum ao locutor e ao receptor, tornam-se específicos num dado contexto sendo desnecessária a utilização da marca indefinida. Por exemplo, duas pessoas vítimas do mesmo acidente, quando conversam acerca do que lhes aconteceu não necessitam especificar o referente.

Os próprios adultos dificultam a tarefa da criança fazendo frequentemente referências elípticas ou pouco claras, vendo-se a criança obrigada a redescobrir que uma referência específica para ela tem de ser também específica para o seu interlocutor.

Realizada a revisão dos estudos sobre os aspectos mais relevantes da aquisição do artigo na língua inglesa, parece-nos digno de interesse a reflexão sobre a utilidade do artigo como morfema puramente gramatical. Como ponto de partida desta reflexão pode-se citar BROWN: «...existe um continuum entre os itens (morfemas gramaticais) que são puras marcas estruturais e os itens que possuem um considerável sentido lexical e para os quais a função de marca estrutural é acidental. (...) Os morfemas gramaticais parecem modular os significados associados aos contentivos no sentido que esta modulação é inconcebível sem os significados mais básicos. Parece impossível pensar nestas modulações sem as coisas e os processos assim modulados, enquanto que parece possível conceber estes últimos (contentivos ou referentes) sem os precedentes (modulações ou morfemas gramaticais). Será provavelmente esta a razão dos substantivos serem adquiridos antes dos morfemas.» Na mesma linha de ideias, LABOV refere: «Penso que o conteúdo comunicativo de várias palavras funcionais deverá ser considerado eventualmente como um produto de regras de discurso que orientam o ouvinte sobre o ponto de vista do outro».

Não é possível retirar conclusões definitivas sobre o significado mais ou menos semântico ou gramatical do artigo. No entanto, é possível uma caracterização do artigo considerando os seguintes traços: (1) o artigo parece ser menos essencial do que os contentivos a que se refere e do que as relações básicas que estes exprimem;

(2) é inconcebível o aparecimento do artigo isolado do referente que ele determina; (3) a função do artigo normalmente é redundante e (4) no entanto, esta permite tomar o significado do referente mais preciso. De referir ainda que as dimensões das modulações semânticas como componente do artigo variam de língua para língua mas de forma limitada (BROWN, 1973).

A título de conclusão pode-se dizer que, sendo difícil delimitar as regras linguísticas de utilização diferenciada do definido/indefinido, é óbvio que estas regras não são estritamente linguísticas, possuindo componentes psicológicas e sociais e um grande conjunto de sub-regras. É curioso notar que um referente introduzido por uma marca indefinida se torna específico no próprio acto da sua introdução, passando imediatamente a seguir a ser referido por uma marca definida!

ALGUMAS SUGESTÕES PARA PESQUISAS FUTURAS

Iremos de seguida apresentar alguns tópicos que nos parecem particularmente relevantes em termos das hipóteses de investigação que sugerem. Para tal baseamo-nos não só em constatações de carácter empírico, mas também, nalguns casos, em dados recolhidos na literatura.

1. Uma primeira constatação impôs-se-nos a partir da reflexão efectuada sobre a génese da aquisição do artigo. O estudo atrás referido concernente às crianças portuguesas mostrou que no grupo dos dois anos e meio a três anos e meio, certas crianças menos desenvolvidas na sua expressão linguística pareciam articular conjuntamente com a palavra-chave uma produção semelhante a um artigo mas cujos género e marca definida/indefinida eram impossíveis de determinar com clareza. Este facto veio reforçar os dados intuitivamente recolhidos através de produções linguísticas espontâneas de crianças portuguesas de idade compreendida entre os 16 e os 24 meses, cujo desenvolvimento decorre sem atraso.

Na mesma linha, MARATSOS (1971) tinha já sugerido tal hipótese, como comprova a citação: «Antes de atingir o critério de 90% de sucesso, descobri que o uso do artigo pela criança não pode suportar nenhuma dedução sobre o controle que esta tem das regras semânticas e gramaticais. Isso é em parte devido ao facto de certas produções parecidas com artigos recolhidas em amostras de crianças muito novas provavelmente não serem organizadas como morfemas totalmente separados mas são mais traços de pronúncia de palavras particulares»³.

Parece-nos possível distinguir quatro fases a partir daquilo que se percebe auditivamente sem controle fonológico específico (ver fig. 4). Durante um primeiro período de aquisição linguística apenas seria pronunciada a palavra-chave. A seguir surgiria uma fase de transição na qual a criança, seja a holofrase iniciada por uma

vogal ou por uma consoante, produz uma espécie de acento tónico difícil de distinguir acusticamente, a não ser que pareça ocupar uma posição intermediária entre os *o*, *a*, *um* e *uma*, transcrita por nós por *U*. Por exemplo, *U(es)cova*, *Upai*, *Upo(r)ta*, *U(me)nino*, com uma nítida subida de entoação no *U*. A terceira fase corresponderia à colocação clara do artigo de géneros distintos sendo a sua entoação mais marcada do que a entoação da própria holofrase. Só mais tarde a criança viria a acentuar de acordo com os padrões adultos. A forte acentuação do artigo parece diminuir com o aumento progressivo do MLU e tende então a normalizar-se.

Figura 4 — Exemplos de cada uma das fases de articulação do artigo

1.ª fase:	Côva Pai	3.ª fase:	A côva Pai O pai
2.ª fase:	Ucôva Upai	4.ª fase:	A côva mamã O pópó papá

2. Uma segunda constatação entra em linha de conta com a influência do modelo linguístico parental. A este respeito, BROWN (1973) diz o seguinte: «Não foi encontrada nenhuma relação entre as frequências parentais de produção e a ordem de aquisição pela criança. Esta frequência não parece ser uma variável pelo menos dentro do contexto considerado. Mas evidentemente, os morfemas gramaticais não tem tendência a ser formas acentuadas de uma substância fonética pequena e de uma complexidade semântica e gramatical considerável. Devem ser influenciados pela frequência mesmo se os morfemas como conjunto não são adquiridos tão facilmente como a sua frequência o deixaria sugerir.» No estudo português atrás citado, não foi feito um controle das frequências parentais. Porém, alguns dados de carácter intuitivo mostram claramente que os pais quando se dirigem oralmente às crianças mais novas, para além de utilizarem com mais frequência o artigo definido, produzem uma acentuação tónica no espaço que lhe está reservado. Por exemplo, *É o pai*. Este factor por si só não explica a supremacia do artigo definido mas contribui concerteza para tal.

3. A partir da constatação da supremacia e da anterioridade do artigo definido em português, ao contrário do que acontece na língua francesa, onde o predomínio pertence ao artigo indefinido, avançamos com uma outra hipótese também de natureza fonética/fonológica. De facto, os artigos definidos *o* e *a* parecem-nos muito mais simples de articular do que as vogais nasais *um* e *uma*, esta última acumulando ainda a dificuldade decorrente do facto de ser dissilábica. Pelo contrário, em francês, o facto de os artigos definidos *le* e *la* surgirem cerca de nove meses mais tarde do que os indefinidos sugere uma maior dificuldade articulatória. De facto, o fonema /l/ é um dos últimos fonemas a ser adquirido.

Por outro lado, o artigo indefinido *un/une* encadeia-se com grande facilidade na palavra seguinte, sendo este facto ainda observável nas crianças mais velhas aquando da aprendizagem da linguagem escrita, tornando evidente a dificuldade de segmentação do artigo em relação ao substantivo que determina. Por exemplo, quando o substantivo começa por uma vogal o encadeamento oral produzido em expressões como *unéléphant*, *unoeuf*, dificulta a sua segmentação na escrita, o que resulta frequentemente em produções do tipo *un néléphant*, *un noeuf*.

4. Na continuação da ideia de que os adultos facilitam intuitivamente o processo de aprendizagem da linguagem, surge uma quarta constatação: a utilização sistemática em português do artigo definido à frente do nome próprio *O Paulo*, *A Rita*, tal facto sendo inexistente tanto em francês como em inglês. Mais tarde, a criança francófona será levada a compreender que, quando o artigo definido é colocado antes do nome próprio, vai resultar daí um efeito estilístico com uma conotação pejorativa.

5. Um outro ponto digno de interesse é a análise da utilização do gesto deíctico (apontar) como processo facilitador da aprendizagem linguística da criança. Este gesto é apropriado quando é utilizado o artigo definido enquanto que com o artigo indefinido seria facilmente assimilável a uma enumeração (a enumeração só surge porém por volta dos dois anos e meio a três anos). Esta constatação que contribui para explicar a ordem de aquisição dos artigos definido versus indefinido em português, parece não ter tanto peso em francês, apesar de nas duas línguas o artigo indefinido coincidir com o primeiro número cardinal.

6. Como última constatação a análise do *modo Imperativo* parece-nos importante no que respeita à utilização diferenciada dos artigos definido/indefinido. Por definição o modo Imperativo exprime uma ordem a cumprir; porém, uma análise do seu uso semântico em vários contextos linguísticos informa-nos de uma descontinuidade de significados possíveis, como teremos oportunidade de ver a seguir nas línguas portuguesa e francesa. Restringiremos aqui a nossa análise ao verbo *olhar* — *regarder* em francês — devido à elevada frequência com que aparece tanto nas produções infantis como no discurso adulto dirigido à criança.

1. Quando o modo imperativo aparece na sua função primitiva de ordem, teremos nas duas línguas a utilização do artigo definido, o que parece lógico na medida em que o contexto extra-linguístico está presente para os dois interlocutores.

Por exemplo: «Olha para o cão!»
«Regarde le chien!»

2. Quando o modo imperativo tem uma função mais próxima da da exclamação, observamos uma modificação do contexto linguístico, mantendo-se o artigo definido em português (com supressão da preposi-

ção «para»), enquanto que em francês aparece o artigo indefinido conjuntamente com o infinitivo redundante «voir».

Por exemplo: «Olha o cão!»

«Regarde voir un chien!»

3. Uma outra função que nos foi sugerida pelo emprego do modo imperativo é a tentativa de focalizar a atenção do receptor sobre um pormenor do contexto situacional. Neste caso voltamos a ter a utilização do artigo definido nas duas línguas, mas acompanhado de grandes modificações a nível sintático, que tem fundamentalmente a ver com palavras redundantes (R), de tendência déctica (D) ou com uma maior especificação do objecto focalizado através de um sintagma verbal (SV).

Por exemplo: «Olha ali (D), já viste (R), o cão está a mancar (SV)!»

«Regarde voir (R), le chien i' (=il) (R) boite (SV)!»

4. Quando o locutor reconhece inconscientemente o seu receptor como estando numa situação de inferioridade cognitiva, utiliza em geral o artigo definido (A); porém, no mesmo contexto quando o receptor é assumido como estando numa situação de igualdade cognitiva, o locutor dá prioridade à regra linguística sobre a utilização do artigo (B). Em relação à língua francesa, tanto como noutra situação parece-nos que prevalesse a obediência à regra linguística (C).

Por exemplo (A): «Olha Rita, ali o lago!» — esta situação é frequente quando o locutor é adulto e o receptor é uma criança, assumindo que esta já conhece a entidade lago, mesmo se não for este especificamente.

(B): «Olha João, ali um lago!» — esta situação é mais viável quando este discurso é de adulto para adulto.

(C): «Regarde Julien, un lac!»

5. Quando as produções se tornam mais complexas do ponto de vista linguístico, como é o caso da inclusão de relativas no discurso, o uso do artigo a seguir à expressão *Olha* já não depende desta mas sim da própria qualidade da relativa. Quando o complemento directo da imperativa (cão) é substituído na oração relativa pelo pronome relativo (que) tem as mesmas funções, o artigo utilizado é o definido, visto que o substantivo foi definido pela oração relativa e apesar de esta aparecer posteriormente (A;C). Quando o complemento directo da imperativa se torna o próprio sujeito da relativa, o artigo usado é o indefinido (B;D). Estas regras parecem-nos válidas para as duas línguas.

Por exemplo (A): «Olha o cão que tu viste ontem!»

(B): «Olha um cão (que está) a mancar!»

(C): «Regarde le chien que tu as vu hier!»

(D): «Regarde un chien qui boite!»

CONCLUSÕES

Procurou-se neste trabalho revêr alguns dados sobre aquisição e utilização do artigo nas crianças de idade pré-escolar em diversas línguas — francês, português, espanhol e o inglês. Nas três primeiras verifica-se uma anterioridade na aquisição das oposições relacionadas com o género e com o número (respectivamente) relativamente à oposição definido/indefinido. Na língua inglesa a oposição relacionada com

o género não existe enquanto que a relacionada com o número tem pouco sentido (quando o substantivo se encontra no plural o artigo não é utilizado).

Em relação à marca definida/indefinida os estudos parecem ser bastante claros: em português e em espanhol há uma anterioridade da marca definida enquanto que em francês é a marca indefinida que aparece primeiro. A literatura de língua inglesa incide mais particularmente no estudo do artigo integrado no conjunto dos determinantes, tendo em consideração a sua evolução no contexto do MLU e não tanto no contexto do nível etário. De uma não discriminação das marcas definida/indefinida, a criança passa a uma fase de sobre-utilização da marca definida. A utilização adequada destas marcas só será feita quando o MLU atinge o nível de 7.00, sendo apontados os nove anos como a idade em que a mestria dos artigos é completamente adquirida, ou seja, três anos mais tarde do que a idade apontada pelos autores francófonos. Este facto faz-nos sentir a necessidade de alargar o estudo dos artigos em português a crianças com idade superior a seis anos. Lembra-se que anteriormente (primeira constatação) foi referida a necessidade de estudar o processo de emergência do artigo, o que implicaria observar uma amostra de crianças com idade inferior a dois anos e meio.

De salientar o facto de uma criança portuguesa com deficiência auditiva e/ou mental não só ter grandes dificuldades na aquisição dos morfemas como também adquire em primeiro lugar o artigo definido. Este facto justifica o interesse pragmático da emergência e evolução dos artigos.

A revisão da literatura aqui apresentada, mais do que trazer novos dados, salienta a inexistência de um modelo explicativo de tais discrepâncias. Apesar de tudo, este tipo de trabalho tem o mérito de comparar o processo de aquisição e desenvolvimento da linguagem que se pensava ser semelhante em línguas diversas, pelo facto de possuírem uma origem latina comum. Por outro lado, a valorização do conhecimento intuitivo dos falantes, apesar de não permitir chegar a conclusões definitivas, permite confrontar os dados obtidos em investigação com os dados recolhidos informalmente (e, se calhar, tão perto da realidade como os primeiros!).

MARATSOS (1971) reconcilia-nos um pouco com este tipo de estudos afirmando: «Dificuldades na aprendizagem de como usar as marcas definida/indefinida não são surpreendentes. O que é surpreendente é que as crianças comecem sempre e bem!». Com este autor podemos concluir que, seja os dados teóricos numa tentativa explicativa da ordem de aquisição, da sua duração e das suas dificuldades, seja os dados empíricos, estão longe de ser suficientes e satisfatórios.

Notas

¹ Decidimos adoptar aqui a abreviação original de *Mean Length of Utterance*, devido à sua utilização generalizada neste tipo de estudos psicolinguísticos.

² Em termos da terminologia a utilizar adoptamos a distinção feita por BROWN (1973) entre específico/não específico e definido/indefinido - enquanto que os primeiros termos representam uma distinção semântica, os segundos representam formas gramaticais. A forma definida só é utilizada quando a referência é específica tanto para o locutor como para o receptor; todas as outras alternativas implicam a utilização da forma indefinida.

³ O sublinhado é das autoras.

Bibliografia

- BROWN, R. (1973) — *A first language. The early stages*. London: George Allen & Unwin Ltd.
- MARATSOS, M. P. (1971) — *The use of definite and indefinite reference in young children*. Dissertação de doutoramento. Universidade de Harvard.
- NEVES, S. & CRUZ, O. (1989) — Análise descritiva de alguns aspectos linguísticos em crianças de idade pré-escolar. Comunicação apresentada na 2.ª *Convenção dos Psicólogos Portugueses*. Lisboa, Novembro.
- RONDAL, J.-A. (1978) — *Language et éducation*. Bruxelles: Pierre Mardaga, Editeur.
- SOLER, M. R. (1984) — Adquisición y utilización del artículo. In M. Sigán (Ed.), *Estudios sobre psicología del lenguaje infantil*. Madrid: Ediciones Piramide.
- WARDEN, D. A. (1976) — The inference of contexts on children use of identifying expressions and reference. *British Journal of Psychology*, 67, 101-112.

ABSTRACT

Starting from the ascertaining that the definite/indefinite form acquisition presents different features in different languages, on the one side, and underlies the development of cognitive processus, on the other, the authors accomplished a meaningful bibliographical search.

Beyond the comparability difficulties among the different studies due to several reasons (experimental situations, type of data, type of methodology and different theoretical models), some data concerning french, portuguese, spanish and english languages are described.

After a discussion of this data as well as after empirical ascertainings, some interesting topics, from the authors viewpoint, are presented, that may help the continuation of the research in the acquisition of the definite/indefinite form.

RÉSUMÉ

A partir de la constatation que l'acquisition de la marque définie versus indéfinie prend différentes caractéristiques dans différentes langues et que, d'un autre côté, existe l'idée sous-jacente du développement de processus cognitifs, les auteurs ont ainsi

entrepris un travail de révision bibliographique qui, en plus de exhaustif, prétend être significatif.

Bien que les études revues présentent des résultats difficilement comparables entre eux et ceci pour bien des raisons (situation expérimentale, types de données, types de méthodologie et de modèles explicatifs), les auteurs décriront ici quelques données relatives à la langue française, portugaise, espagnole et anglaise.

A partir d'une réflexion sur ces données, ainsi que de constatations de caractère empirique, seront finalement proposés quelques-uns des sujets qui, selon l'opinion des auteurs, représentent un intérêt particulier pour le futur déroulement de l'investigation sur l'acquisition de la marque définie versus indéfinie.